ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO NO CONSELHO UNIVERSITÁRIO,PELA REVOGAÇÃO DO ATO DE OUTORGA DO TÍTULO DE DOUTORHONORIS CAUSA AO GENERAL EMILIO GARRASTAZU MÉDICI

Cidade Universitária, 10 de dezembro de 2015

Em 2014, completaram-se50 anos do Golpe Militar de 1ode abril de1964, que lançou o Brasil na mais longa ditadura de suahistória, marcada por reiteradas violações dos direitos humanos. Movimentos sociais, sindicatos, associações de todo tipo, partidos políticos, artistas, intelectuais, todos os cidadãos foram, de uma forma ou de outra, alvo da violência e do obscurantismo imposto à Nação.

A Universidade não ficou incólume. Sofreu com a perseguição a muitos de seus professores, pesquisadores, estudantes e servidores técnico-administrativos. Era necessário calar a comunidade universitária, e a Universidade, assim como muitos outros setores da sociedade, se insurgiu, resistiu e foi frontalmente agredida, vendo sua autonomia pisoteada e desprezada.

Na UFRJ, muitos foram os estudantes assassinados e desaparecidospelo brutal regime. Muitos foramos proibidos de estudar, assim como muitosforamos professores cassados e proibidos de ensinar e pesquisar.

A Nação não pode esquecer. A cada oportunidade que se apresentar,devemos refletir sobre as origens, processos e mecanismos que geraram e mantiveram no poder um regime tão brutal. Mesmo porque, como é sabido ,muitas e graves são as heranças daquele triste período.

A sociedade e o Estado brasileiros ainda estão longe de haver passado integralmente a limpo este pedaço de nossa história. Sobrevive uma inaceitável condescendência com os responsáveis por crimes de lesa-humanidade e se verifica leniência na eliminação dos resquícios do autoritarismo presentes em nosso aparato institucional.A funesta Lei de Segurança Nacional permanece vigente, como permanece a militarização das polícias estaduais. Práticas abusivamente violentas do aparelho policial e policial-militar denunciam a herança perversa. Tortura-se e mata-se, quase sempre impunemente, nas delegacias policiais. As deformações de nossa pirâmide demográfica traz a triste evidência estatística da verdadeira matança de jovens e negros nos bairros populares de nossas grandes cidades – desnecessário citar o recente assassinato dos 5 jovens metralhados em Costa Barros.

Foi nesse contexto que, através da Portaria no 4966, de 2 de maio de2013, do Magnífico Reitor Carlos Levi, foi constituída a Comissão da Memória e Verdadeda UFRJ, criando as possibilidades para que a história desse sombrio período de nossa instituição e comunidade fosse esclarecida, as violências e atentados ao saber e aos direitos dos estudantes e professores fossem identificados e, quando pertinente, reparados.

Na sessão de 27 de março do anos passado, como contribuição ao esforço de resgate da História de nossa Nação e de nossa Universidade, este Conselho Universitário, por proposta da Comissão da Memória e Verdade, aprovou por unanimidade que os 50 Anos do Golpe Militar fossem marcados pela decretação do ano de 2014 como ANO DA MEMÓRIA E VERDADEDA UFRJ.

Foi este o impulso que trouxe à vida a Comissão da Memória e Verdade da UFRJ. Seu trabalho não nasceu nem se desenvolveu inspirado em qualquer desejo de vingança,

mas pela consciência de que é uma obrigação republicana e democrática, e uma obrigação universitária, o resgate de nosso passado, mesmo ali onde haja sombras e fatos que parecem não nos enobrecer.

Ao estabelecer as diferenças entre a memória como simples reprodução de um evento passado, que ocorre também entre alguns mamíferos superiores, e a memória que é própria aos humanos, o filósofo Ernst Cassirer, em seu admirável "Ensaio sobre o Homem: introdução a uma filosofia da cultura humana" (São Paulo, Martins Fontes, 1994) escreve: a memória humana "não é simplesmente uma repetição, mas antes um renascimento do passado; implica um processo criativo e construtivo do passado¨. Relembrar é re-criar.

E, pergunta-se Cassirer, o que é que se re-cria, ou busca-se re-criar, quando se re-lembram fatos passados? Sentidos, significados, valores,responde.Naslutas que se travam no presente,re-criam-se sentidos e significados do passado queautorizam e legitimam visões de mundo, visões da história, e, conseqüente e necessariamente, visões do presente e do futuro.

Embora nem sempre isso fique totalmente claro, o que está em jogo nas disputas sobre o significado do passado são os embates do presente, que dizem respeito à construção do futuro.

No duro e preocupante momento que hoje atravessaa sociedade brasileira, quando a memória das trágicas consequências da ruptura do processo democrático parece se desvanecer em alguns setores de nossa sociedade e, em particular, de nossas pretensas elites, mais que nunca é necessário lembrar.

Nossa Universidade tem compromissos com o passado porque, no presente,está engajada na construção do futuro. Aos mais jovens, a nossos estudantes certamente, incumbirá o principal papel nesta tarefa de construção do futuro. Mas à Universidade, como instituição que permanece, cabe ser a ponte que se constrói ef ortalece num interminável e profícuo diálogo em que se encontram e interpelam nosso passado, nosso presente e o futuro que seremos capazes de inventar. Enquanto ponte entre gerações, somos o lugar do encontro de memórias que se atualizam, saberes acumulados e novos saberes que emergem, verdades que se desvelam, presentes que nos desafiam e futuros que sonhamos e queremos construir. É por esta razão, graças a ela, que a Universidade SOBREVIVE E PERMANECE, revel, contra a vontade dos mesmos que desde o dia seguinte ao golpe de 1964, e desde então, pretenderam e pretendem ainda hoje fragilizá-la, desmontá-la, privatizá-la, domesticá-la e, quem sabe, assim também calá-la.

Ao propor a revogação do ato de outorga do título máximo desta Universidade –o de Doutor Honoris Causa – a um dos principais responsáveis individuais e símbolo da violação sistemática e continuada dos direitos humanos durante mais de 20 anos de ditadura, nossa Universidade pode celebrar orgulhosa, neste 10 de dezembro de 2015, o Dia Internacional dos Direitos Humanos. Alguns dos nossos vacilaram, hesitaram e esqueceram seus compromissos. Alguns dos antecessores dos conselheiros atuais perderam de vista o que estava em jogo naquela quadra da história. Outros, talvez atemorizados, aterrorizados, não se arriscaram a enfrentar o abuso dos ditadores de então. Mesmo sem querer julgá-los, não podemos desconhecer que conspurcaram o panteão desta universidade.

As lágrimas com que pranteamos os jovens torturados, desaparecidos e mortos nos ajudam a limpar este panteão (Houaiss, 4 fig. Conjunto de figuras públicas, célebres em determinado domínio, que perduram na memória individual ou coletiva).

Não somos capazes de fazer o que seria o mais justo, não conseguiremos fazer com que aqueles e aquelas que foram torturados, mortos e desaparecidos voltem à vida e ao convívio de seus colegas, companheiros, amigos e familiares. Mas podemos celebrá-los. Eles estão sendo hoje celebrados por nós como os melhores representantes de nossa Instituição, e não aquele General, ou aqueles que concederam ao General o título honorífico.

Eu conheci, convivi e fui amigo de muitos deles e delas e posso assegurar-lhes: eram eles e elas, os mais lindos, aguerridos, inteligentes, brilhantes. Ao perdê-los, a Nação e nossa Universidade perderam os melhores, os mais indignados e, por isto mesmo, os mais dignos dentre nós. Sua resistência e martírio encheu-os e a nossa Universidade da dignidade acadêmica que fez e faz deles os verdadeiros merecedores do título de Doutor Honoris Causa que acabou sendo outorgado a outros.

Ao revogar o título concedido ao General Emilio Garrastazu Médici,em 1971, no auge da brutalidade do regime ditatorial, este Conselho Universitário não somente confere reparação moral aos mortos, desaparecidos e torturados, mas resgata a própria dignidade do órgão máximo de nossa Universidade. Que este ato seja um aprendizado, para todos nós e, sobretudo, para nossos jovens estudantes. E que este ato acadêmico de Memória e Verdade nos lembre que,por mais doloroso que seja, nãopodemos, não devemos esquecer jamais.Para que as armas não substituam os livros, para que a violência não volte a brutalizar a inteligência e a razão, para que o arbítriod e poucos não sufoque a liberdade de todos.